**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1411947 - SC (2018/0323662-3)**

| | |
|---|---|
| **RELATOR** | **: MINISTRO MOURA RIBEIRO** |
| AGRAVANTE | : DILMO CLASEN |
| ADVOGADOS | : FABRICIO NATAL DELL' AGNOLO - SC014050<br>WILSON SALES BELCHIOR - SC029708<br>PATRÍCIA MICHELE KEMPER - SC033780 |
| AGRAVADO | : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL |
| ADVOGADOS | : FABRICIO NATAL DELL' AGNOLO - SC014050<br>ADEILTON HILÁRIO - PB009687<br>ANASTÁCIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO - PB008502<br>WILSON SALES BELCHIOR - SC029708<br>RENATO HENRIQUE TORRES POLLI - SC031337<br>PATRÍCIA MICHELE KEMPER - SC033780 |
| INTERES. | : IVO DOROW |
| INTERES. | : SORAYA ALICE FROEHLICH DE GILI |
| INTERES. | : EDGAR MORITZ |
| ADVOGADO | : WILSON SALES BELCHIOR - SC029708 |

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC**. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 1.021, § 1º, DO NCPC E INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*.

2. O agravo interno não infirmou as razões da decisão agravada, pois não refutou, de forma devida, a incidência das Súmulas nºs 283 e 284, ambas do STF, 7 do STJ e a não comprovação da similitude fática entre os arestos confrontados, que levaram ao não conhecimento do agravo anteriormente manejado contra o não seguimento do especial articulado. Inobservância do art. 1.021, § 1º, do NCPC e aplicação da Súmula nº 182 do STJ.

3. Agravo interno não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro
Relator